**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**

**NÚCLEO DE CIENCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO – PORTO VELHO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**DÉBORA VANESSA DE ARAÚJO**

**A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS EMSITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM PORTO VELHO**

**Porto Velho**

**2017**

**DÉBORA VANESSA DE ARAÚJO**

**A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM PORTO VELHO**

**Monografia apresentada a Universidade Federal de Rondônia, como requisito avaliativo para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia.**

**Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Cordeiro.**

**Porto Velho**

**2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**

**NÚCLEO DE CIENCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO – PORTO VELHO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM PORTO VELHO**

**DÉBORA VANESSA DE ARAÚJO**

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título de Graduação em Pedagogia e aprovado pelo Departamento de Ciências da Educação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Profa. Dra. Márcia Machado

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Professores que compuseram a banca:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Presidente: Profa. Dra. Edna Maria Cordeiro

Orientadora

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Membro: Prof. Dr. Robson Fonseca Simões

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Membro: Profa. Esp. TharyckDryely Nunes Rodrigues

**Porto Velho - RO, 20 de Dezembro de 2017.**

Dedico esta monografia a todas as crianças que mesmo ainda tão pequenas,passam ou já passaram, por muitas dificuldades e que merecem ser olhadas e vistas por todos que estão a sua volta.

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a DEUS por estar comigo em todos os momentos, pois sem Ele, sem a força que me dá a cada dia, não teria alcançado meu objetivo.

Agradeço a todos os meus familiares, pelo apoio e incentivo incondicional que me deram para poder realizar a graduação, em especial a minha Mãe *Vanusa Maria da Silva*, à minha Avó *Dorvalina Gomes de Araújo,* ao meu pai *Silas de Araújo* e meus irmãos *VanusaPriscila de Araújo* e *Silas Elias de Araújo.*

Agradeço também ao meu cônjuge *Jeilson Ferreira Vaz*, por ter sido compreensivo e às vezes muito incompreensivo nesse percurso, mas que mesmo assim, nunca deixou de me ajudar nos momentos em que precisava.

Agradeço aos dois grandes amores de minha vida, os motivos de nunca desistir de lutar para alcançar meus propósitos, meus filhos *Júlia Vanessa de AraújoVaz* e *Alex David de Araújo Vaz,* que mesmo pequenos compreendiam que precisava estudar e que era por eles todo meu esforço e dedicação.

Agradeço as minhas lindas irmãs de percurso nessa graduação, pois sempre estávamosjuntas na batalha por essa conquista, são elas*Siônia da Silva Rudrigues, Juliana Rodrigues Neves, Adriana Viera dos Santos, Simone Souza Alves, e DarsoneSouza Vieira,*juntamente com todas as amigas da turma; amo vocês meninas.

 Não poderia deixar de agradecer aqui em especial a minha linda amiga irmã, minha joinha preciosa e companheira em todos os momentos a qual amo muito e que se tornou de fundamental importância para mim e para minha família, Obrigada *Lizandra Cristina Melo Gonçalves!*

Agradeço aosagentes da instituição de acolhimento e as crianças participantes, que contribuíram com esta pesquisa através de suas vivencias. Muito obrigada!

Agradeçoa todos os Professoresque contribuíramdireta e indiretamente para minha formação docente, principalmente ao professor *Robson Fonseca Simões*, por ampliar nossos horizontes, mostrando como é importante e necessário o olhar pedagógico além dos muros escolares. Sou uma Estrela do Mar, graças ao senhor.Eternamente Grata.

Agradeço também em especial a minha querida Orientadora*Edna Maria Cordeiro,* a quem tenhogrande apreço desde o início da graduação, ecom paciência e dedicação contribuiu grandemente para que essa pesquisa fosse realizada. Esse trabalho também é seu. Muito, muito obrigada!

*Prestem atenção no que eu digo, pois eu não falo por mal:*

*Os adultos que me perdoem, mas ser criança é legal!*

*Vocês já esqueceram, eu sei!*

*Por isso eu vou lhes lembrar:*

*Pra que ver em cima do muro, se é mais gostoso escalar?*

*Pra que perder tempo engordando, se é mais gostoso brincar?*

*Pra que fazer cara tão séria, se é mais gostoso sonhar?*

*Se vocês olham pra gente, é chão que veem por trás.*

*Pra nós, atrás de vocês, há o céu, há muito, muito mais!*

*Quando julgarem o que eu faço, olhem seus próprios narizes:*

*Lá no seu tempo de infância, será que não foram felizes?*

*Mas se tudo o que fizeram, já fugiu de sua lembrança,*

*Fiquem sabendo o que eu quero:*

*MAIS RESPEITO, EU SOU CRIANÇA!*

***Pedro Bandeira***

ARAÚJO. Débora Vanessa.**A aprendizagem das crianças em situação de acolhimento institucional em Porto Velho.** Porto Velho, 2017. 49fls.Monografia (Curso de Pedagogia) - Universidade Federal de Rondônia(UNIR).

**RESUMO**

A presente pesquisa aborda a aprendizagem das crianças em situação de acolhimento institucional, na qual o objetivo geral foi investigar o processo de aprendizagem de crianças acolhidas no município de Porto Velho, considerando as ações dos agentes educativos envolvidos;tendo como objetivos específicos: perceber se a aprendizagem dessas crianças pode ser afetada pelo fato de estarem acolhidas; verificar como os agentes educativos e cuidadores contribuem para a aprendizagem das crianças que estão em acolhimento institucional; e entender como acontece à aprendizagem dessas crianças. Teve como suportes, os pressupostos teóricos referentesa Aprendizagem na infância: Vygotsky (1988; 2010); Weisz (1999); Martins (2007); Siqueira e Dell Aglio (2005); Oliveira (2016). Quanto ao papel da Pedagogia social em espaços não escolares:Frison (2004); Libâneo (2002, 2010); Gohn (2010) e documentos oficiais como: Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; atual Lei 12.010, promulgada em 3 de agosto de 2009 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, entre outros.A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo foi exploratória, por ter a finalidade de fornecer mais informações sobre o assunto investigado, segundo Gil (2010).Como procedimentosmetodológicos foram realizados relatos com dois agentes de uma instituição de acolhimento institucional do município de Porto velho: Diretora e uma auxiliar de assistência social e também com duas crianças que passaram por acolhimento institucional nessa mesma instituição. Através dos dados da pesquisa, foi possível perceber que apesar de todos os esforços e melhorias que obtivemos durante esses anos com relação à educação e aos direitos das crianças, o aprendizado dessas crianças em acolhimento institucional se dá de maneira dificultosa, pois não contam com um devido acompanhamento e que,ainda, há muitos aspectos relevantes em torno das politicas de acolhimento institucional do nosso município que poderiam ser melhorados.

**Palavras-Chave:** Aprendizagem. Crianças. Acolhimento Institucional. Porto Velho.

**LISTA DE SIGLAS**

**ECA-** Estatuto da Criança e Adolescente

**LDBEN -** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**ONGS -** Organizações não Governamentais

**SAIN -**Serviço de Acolhimento Institucional

**SEMAS -**Secretária de Assistência Social do Municipal de Porto Velho

**SUAS -** Sistema Único de Assistência Social

**SUS -** Sistema único de saúde

**SUMÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
| **INTRODUÇÃO.......................................................................................................** | **9** |
|  |  |
| **SEÇÃO I - CAMINHOS DA PESQUISA ...............................................................** | **13** |
|  |  |
| **SEÇÃO II REFERENCIAL TEORICO...................................................................** | **15** |
| * 1. APRENDIZAGEM NA INFÂNCIA....................................................................
 | 15 |
| 2.2 PEDAGOGIA SOCIAL - ESPAÇOS NÃO ESCOLARES................................. | 20 |
|  |  |
| **SEÇÃO III - BASE LEGAL DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL....................** | **23** |
| 3.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB............. | 23 |
| 3.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA.............................. | 23 |
| 3.3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ORDENAMENTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL....................................................................... | 27 |
|  |  |
|  |  |
| **SEÇÃO IV - SISTEMAS DE PROTEÇÃO À INFANCIA.......................................** | **29** |
| 4.1 SISTEMA DE PROTEÇÃO Á INFÂNCIA EM PORTO VELHO....................... | 30 |
|  |  |
| **SEÇÃO V - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE - RELATOS DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO..................................** | **32** |
| 5.1 RELATO DA DIRETORA................................................................................ | 32 |
| 5.2 RELATO DA AUXILIAR DE SERVIÇO SOCIAL.............................................. | 33 |
| 5.3 ANÁLISE DOS RELATOS DAS PROFISSIONAIS.......................................... | 34 |
|  |  |
| **SEÇÃO VI - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE RELATOS DE CRIANÇAS QUE PASSARAM POR ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL........................................** | **37** |
| 6.1 RELATO DO LUCAS – CRIANÇA DE 10 ANOS.............................................  | 37 |
| 6.2 RELATO DA FENANDA – CRIANÇA DE 9 ANOS..........................................  | 39 |
| 6.3 ANÁLISE RELATOS DE CRIANÇAS.............................................................. | 40 |
|  |  |
| **CONSIDERAÇÕES FINAIS..................................................................................** | **43** |
| **REFERÊNCIAS.....................................................................................................** | **46** |
|  |  |

**INTRODUÇÃO**

*“Quer transformar uma criança numa boa pessoa, faça ela Feliz.”*

(Autor desconhecido)

Partindo do princípio que a escola tem um papel importante na formação do ser humano e que trabalha com as fases do desenvolvimento tanto físico, cognitivo e motor, preparando assim para o mundo que os cerca. As crianças passam por inúmeros processos de construção de conhecimentos e durante esse processo a família e/ou responsáveis tem um papel primordial, pois eles irão dará base de toda uma educação, onde seus laços familiares poderão contribuir para seu ensino e consequentemente para sua aprendizagem.

 As crianças, desde o início no processo de escolarização, precisam de uma orientação, de um auxilio ou um reforço com os conteúdos que lhes vão sendo ensinados, portanto precisa haver uma preparação, um olhar perceptivo do professor para trabalhar com todos ao mesmo tempo, mas cada um em sua individualidade, um papel que não é nada fácil. E ao planejar suas aulas, os professores“devem incluir e considerar a participação dos pais nas atividades”, uma vez que, o aluno, ao sair da escola, passa a ser “[...] responsabilidade dos pais auxiliar seus filhos nestes deveres para que a aprendizagem se concretize” (LOPES, 2009, p.77).

 Sendo mãe de duas crianças pequenas e tendo tido diferentes experiências de professora em processo de formação, tenho a consciência de que sempre é preciso auxiliar as crianças nos deveres de casa, acompanhar suas dificuldades de seu cotidiano escolar. Mas ainda assim, sabemos que sempre haverá dúvidas, receios, pois como nós, estão em constante construção de seus conhecimentos; assim, “os pais devem ter um papel ativo na educação escolar, pois os mesmos não podem abdicar de sua responsabilidade de educadores dos filhos” (LOPES, 2009, p.87-8).

 Pensando assim, como lidar com as dúvidas das crianças que estãoacolhidas em instituições? Elas passam por todos esses processos como todas as outras, mas sabemos que há diferenças, e dentre algumas delas tiramos uma: elas não contam com o apoio familiar nesse processo e sua maioria, mesmo que pequenas já passaram por várias situações difíceis.

Estão lá por inúmeros motivos, os quais poderão ou não afetar seu desenvolvimento e aprendizagem. Com isso o professor precisa estar preparado para trabalhar com essas crianças em suas peculiaridades e singularidades, que lhes são próprias e que são delas por direito.

As crianças passam por inúmeras aprendizagens que inicia-se no âmbito familiar, e durante sua fase de crescimento, sua maioria contam com o apoio de seus pais ou responsáveis para auxiliá-los nessa etapa, cuidando, orientando, mostrando-lhes o melhor caminho possível para seguir.

É no âmbito familiar que o sujeito inicia suas primeiras aprendizagens. Aprende a sugar no seio da mãe, a rolar no berço, a levantar a cabecinha, o tronco, a sentar, a comer de colherinha, a engatinhar, a dizer as primeiras palavras, a andar, a cantar, a dançar. Todas estas conquistas são presenciadas primeiramente pela família que passa a dar-lhe estímulos, almejando que a criança conquiste cada vez mais novas habilidades(SAMPAIO, 2011, p.69).

Mas apesar de toda essa dedicação, esse processo não deixa de ser algo muito delicado. Pensando nisso, notamos que há crianças de diferentes faixas etárias, que moram em orfanatos e abrigos, que estão ou não em seu processo de escolarização, que não contam com esses apoios e cuidados, e mais, que querendo ou não, lá é o seu lar, é o lugar onde moram, mesmo que temporariamente. Apesar de todo o carinho e dedicação que estas possam receber na instituição onde estão abrigadas, pois nada pode se comparar com o aconchego, carinho e dedicação de uma família, assim como a segurança representada por um lar.

No processo de escolarização as crianças podem precisar de uma dedicação mais direcionada, como por exemplo, nas tarefas de casa, e quando todos na sala de aula levam suas atividades e na maioria apesar de seus pais trabalharem ou estarem muito ocupados com outros afazeres, em geral, reservamalgum tempo para auxiliar seus filhos. Mas quem auxilia as crianças que moram em orfanatos ou abrigos? Como se dá seu processo de aprendizagem? Elas aprendem e se desenvolvem sozinhas? Ou há agentes educativos envolvidos para auxiliá-las nesse processo?

Tendo a oportunidade de vivenciar a prática da pedagogia social além dos muros escolares através da disciplina de Estágio Supervisionado em Espaços não Escolares, ocorrida no oitavo período de Pedagogia, vimos como é necessário e de fundamental importância um educador social nesse ambiente em que essas crianças estão inseridas.

E com a intenção de encontrar respostas para tais questionamentos, definimos com objetivo geral da pesquisa: Investigar o processo de aprendizagem de crianças acolhidas institucionalmente no município de Porto Velho, considerando as ações dos agentes educativos envolvidos. Assim sendo os objetivos específicos foram:Perceber se aaprendizagem dessas crianças pode ser afetada pelo fato de estarem em situação de acolhimento; verificar como os agentes educativos e cuidadores contribuem para a aprendizagem das crianças que estão em acolhimento institucional; e entender como acontece à aprendizagem dessas crianças.

Entendemos a pesquisa como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2010, p.1), sendo que a metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo foiexploratória, por ter a finalidade de fornecer mais informações sobre o assunto investigado. “As pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explicito [...]” (GIL, 2010, p.27). Assim, entendemos que foi apropriada, para auxiliar na compreensão de como acontece o processo de aprendizagem de crianças que estão ou estiveram em situação de acolhimento institucional no município de Porto Velho.

Esta monografia se desenvolveu em **seis seções**, na **primeira** são apresentados os caminhos metodológicos da pesquisa,uma vez que o processo é o foco principal, sendo de cunho qualitativo, pois se buscou compreender como acontece o processo de aprendizagem das crianças que estão em acolhimento institucional.

Na **segunda seção** é apresentada a fundamentação teórica, onde é destacado o processo de aprendizagem da criança, considerando o papel de um agente mediador para esse processo e também sobre a importância da pedagogia social em espaços não escolares.

A **terceira seção** apresenta a base legal do acolhimento institucional, contendo um pareamento com alguns documentos legais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96; Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e também sua homologação conhecida como a Nova Lei da Adoção, Lei n 12.010 de 03 de agosto de 2009; Constituição Federal de 1988, dentre outros.

Na**quarta seção**é apresentado sobre os sistemas de proteção à infância, como também amostragem de um levantamento das instituições de acolhimento institucional existentes no município de Porto Velho.

A apresentação e análise de relatos dos profissionais são trazidasna **quinta seção**, os quais foram realizados com dois profissionais da instituição de acolhimento institucional: a diretora e uma auxiliar de serviço social.

A **sexta seção**se refere a apresentação e análisedos relatos de duas crianças que passaram por acolhimento institucional nesta mesma instituição de acolhimento.As análises ocorreram por meio da interpretação e entendimento dos resultados dos relatos, sempre considerando o referencial teórico que foi utilizado para o desenvolvimento da pesquisa.

E nas **considerações finais**são apresentados os resultados que foram alcançados com essa pesquisa conforme seus objetivos, como também algumas reflexões que a pesquisa trouxe acercada problemática abordada.

 **SEÇÃO I**

**CAMINHOS DA PESQUISA**

A pesquisa exploratória foi escolhida para levar a efeito a coleta de dados, em virtude de possuir flexibilidade no planejamento, o que proporciona a investigação do tema a partir de variados aspectos, em busca de mais familiaridade com o assunto. Neste caso envolveu:

* Levantamento Bibliográfico;
* Entrevistas com profissionais que atuam na instituição de acolhimento;
* Entrevistas com crianças que já estiveram em situação de acolhimento;
* Diário de Campo para anotação das observações e dos relatos;
* Análise das entrevistas a luz do referencial teórico definido.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram o diário de campo, no qual foram feitos os registros dos relatos que se seguiram por meio de um roteirode perguntas flexíveis, acrescentando ou então readaptada naquele momento e através delefoi possível ouvir e conhecer um pouco mais sobre suas vivencias no que se refere à temática abordada.

Foram realizadas entrevistas parcialmente estruturadas, nas quais, os dados que se pretendiam levantar foram expressos em temas particularizados e as questões (abertas) preparadas antecipadamente. “[...] Para cada tema [...] prepara-se uma pergunta a fim de começar a entrevista [...]” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.188-9). Sendo que neste caso, as questões foram definidas em virtude dos objetivos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com dois agentes de uma instituição de acolhimento institucional do município de Porto velho: a diretora e uma auxiliar de assistência social e também com duas crianças que passaram por acolhimento institucional. A partir das entrevistas, foram levadas em consideraçãoas interpretações dos fenômenos envolvidos para o desenvolvimento desse trabalho, para maior compreensão da problemática abordada.

Portanto, que a pesquisa fosse realizada, foram feitos levantamentos de dados bibliográficos e de campo, a partir de livros, artigos e documentos legais, que buscavam fazer um dialogo com a problemática pesquisada. Diante do exposto,a pesquisa buscou investigar o processo de aprendizagem de crianças acolhidas institucionalmente no município de Porto Velho, considerando as ações dos agentes educativos envolvidos e a visão de duas crianças que já estiveram em situação de acolhimento na mesma instituição, mas, que hoje, estão com as famílias substitutas, pois foram adotadas.

Foram levantados dados em pesquisa na *internet* sobre todas as instituições de acolhimento do município de Porto Velho, no total de quatro, e assim, selecionada uma delas,na qual a pesquisa foi realizada. No âmbito da instituição foram feitas duas entrevistas, primeiramente com a diretora e logo após com a auxiliar de serviço social, quando foram fornecidas informaçõesrelevantes para o desenvolvimento desse trabalho.

Logo após se seguiu a investigação, a partir das entrevistas das duas crianças,uma do sexo masculino e uma do sexofeminino, que passaram por acolhimento institucional, sendo que para não expor suas identidades elas mesmas criaram seus nomes fictícios para figurar nesta pesquisa.

Para a composição dos relatos das crianças foi seguidoum roteiro de perguntas, as quais puderam ser adaptadas de acordo com suas respostas, sendo estas gravadas para a composição dos relatos individuais.

O intuito da pesquisa inicialmente era de realizar os relatos com crianças que estavam na instituição de acolhimento, mas por motivo de proteção a essas crianças isso não foi possível, no entanto o levantamento de dados foi realizado com duas crianças que estiveram abrigadas nessa mesma instituição.

**SEÇÃO II**

**REFERENCIAL TEORICO**

A base teórica subsidia-se nos autores que tratam sobre os processos de aprendizagem das crianças e a pedagogia social em espaços não escolares. Foi realizado um estudo bibliográfico e identificados alguns autores que tratam dessas temáticas abordadas.Os principais autores que subsidiaram essa pesquisa foram quanto a Aprendizagem na infância: Vygotsky (1988; 2010); Weisz (1999); Martins (2007); Sampaio 2011. Quanto ao papel da Pedagogia social em espaços não escolares: Frison (2004); Libâneo (2002;2010); Gohn (2010) e documentos oficiais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; atual Lei 12.010, promulgada em 3 de agosto de 2009 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, entre outros documentos.

2.1 APRENDIZAGEM NA INFÂNCIA

A Infância é a fase de desenvolvimento da criança que vai desde o nascimento até aproximadamente os doze anos de idade.Nessa fase a criança passa por inúmeros processos de desenvolvimentos, tanto nos aspectos de formação de sua personalidade, quanto físicos, quanto nos aspectos cognitivos.

A Infância deixa marcas que podem durar para sempre, pois trata-se de um período em que diferentes aprendizagens que refletem em nossa formação como ser humano, sendo que da mesma maneira que se é adquiridoos aspectos positivos, as crianças também são deixadasmarcas que podem ser profundas e inesquecíveis, isso devido ao grande impacto que aquele momento causou em sua vida.Este é um dos períodos mais importantes na vida do ser humano, pois, é nele que acontecem muitas aprendizagens fundamentais para sua formação.

E a aprendizagem, sabemos que é um processo pela qual o ser humano adquire conhecimentos, desenvolve habilidades, comportamentos e valores.Ela inicia-se na infância, desde os primeiros dias de vida de um pequeno e inocente bebê, e decorre por toda sua vida.Portanto, “a aprendizagem e desenvolvimento não entram em contato pela primeira vez na idade escolar,eles estão ligados entre si desde os primeiros dias de vida da criança” (VYGOTSKY, 2010, p.111).

Durante a infância, o processo de aprendizagem se dá por meio das interações que a criança tem com seu ambiente, dos contatos com as pessoas sua volta, das experienciais por elas vividas, de suas observações e descobertas e também dos ensinos a elas direcionados. De acordo com que a criança de desenvolve ela vai aprendendo de acordo com seu nível de desenvolvimento.

O aprendizado é considerado um processo puramente externo que não está envolvido ativamente no desenvolvimento. Ele simplesmente se utilizaria dosavanços do desenvolvimento ao invés de fornecer um impulso para modificar seu curso. (VYGOTSKY, 2010, p.103).

Então, podemos dizer que o aprendizado possibilita os aspectos do desenvolvimento e todos os aspectos sociais em que a criança está inserida e se relaciona é de fundamental importância para que ela possa construir o conhecimento, entender e também saber criar soluções ao longo de sua história.

Pensando assim, educadores, pais ou responsáveis e todos aqueles que mantêm um contato direto com o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, sabemos que nem tudo que é ensinado a elas é realmente aprendido de imediato, mas que talvez precise de estímulos e direcionamentos e também em controversa que mesmo sem serem ensinadas a elas, elas aprendem rapidamente. Pensando assim, com base na teoria de Vygotsky, Oliveira nos remete a uma reflexão:

Podemos pensar, por exemplo, num indivíduo que vive num grupo cultural isolado que não dispõe de um sistema de escrita. Se continuar isolado nesse meio cultural que desconhece a escrita, esse indivíduo jamais será alfabetizado. Isto é, só o processo de aprendizado da leitura e da escrita (desencadeado num determinado ambiente sócio-cultural onde isso seja possível) é que poderia despertar os processos de desenvolvimentos internos do indivíduo que permitiam a aquisição da leitura e da escrita (OLIVEIRA, 1997, p.56).

O processo de construção de conhecimento sempre será contínuo e inacabado. E nesse processo os [pais](http://www.escoladainteligencia.com.br/familia-uniao-feita-por-afeto-confianca-e-respeito/?utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost), responsáveis, educadores e a escola têm papel muito importante, pois são eles os responsáveis por estimular e direcionar diariamente as crianças para desenvolverem habilidades e valores que formarão os futuros cidadãos da nossa sociedade.

Como o processo de aprendizagem possibilita os processos internos do desenvolvimento, de acordo com o meio sócio-cultural em que a criança está inserida. Então se pode concluir que “o processo de desenvolvimento não coincide com o da aprendizagem, o processo de desenvolvimento segue o da aprendizagem, que cria a área de desenvolvimento potencial” (VYGOTSKY, 2010, p.116).

E essa concepção que Vygotsky enfatiza sobre a importância de outro ser social para o desenvolvimento do individuo, e que especifica as relações entre aprendizado e desenvolvimento chama-se Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que é de acordo com a teoria de Vygotsky é o caminho entre o que a criança vai percorrer a partir daquilo que ela já sabe realizar de forma independente (nível de desenvolvimento real) entre aquilo que a criança poderá desenvolver com a ajuda de um mediador para aquela aprendizagem (nível de potencial).

Define-se a área de desenvolvimento proximal como:

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY, 1988, p.97).

Sabemos que da mesma forma com a educação passou por inúmeros processos durantes os anos o conceito de criança tomou um novo olhar. Antes consideradas como adultos em miniatura, pois não eram compreendidos como seres em processo de construção, mas sim como adultos, com obrigações e com mesmo tratamento igualitário para com todos.

Hoje, graças a muitas revoluções por parte de pesquisadores e estudiosos sabemos que nossa realidade é bem diferente. Tendo essa consciência, sabemos que as crianças são seres em formação e que passam por processos de construção de conhecimentos e durante esse processo a família e/ou responsáveis tem um papel primordial, pois eles iram dar a base de toda uma educação, onde seus laços familiares poderão contribuir para seu desenvolvimento e aprendizagem.

Crianças desde pequenas aprendem e se desenvolvem através de seu convívio social, elas não nascem formadas, o ambiente sociocultural onde ela vive tem um papel muito importante e que trabalha diretamente nesse processo de aprendizagem, pois sofrem influencias diretas dos agentes externos estimulando suas capacidades e aptidões promovendo seu desenvolvimento.

Elas aprendem a brincar umas com as outras crianças, a ficar em pé, a correr atrás da bola, a ajudar o colega que caiu ao chão, a falar quando necessita de algo. Mas para poder conseguir chegar até determinadas aprendizagens é preciso que haja o papel de algum agente mediador, um facilitador desse conhecimento.

 As crianças antes mesmo de seu início de processo de escolarização precisam de uma orientação, de um auxilio um reforço com os conteúdos que lhes vão sendo ensinados e que deve haver uma preparação, um olhar perceptivo do educador para se trabalhar com todos ao mesmo tempo, mas cada um em sua individualidade, um papel que não é nada fácil.

 Cada criança tem um ritmo próprio de aprendizagem que é seu por direto, então cabe o educador como mediador do conhecimento compreender o aluno como um todo, em suas similaridades como também nas singularidades, para que assim possa encontrar meios que facilite a aprendizagem do educando.

O professor é que precisa entender o caminho de aprendizagem que o aluno está percorrendo naquele momento e, em função disso, identificar as informações e as atividades que permitam ele avançar do patamar de conhecimento que conquistou para outro mais evoluído (WEISZ, 1999. p.65).

A aprendizagem não é algo mecanizado, uma vez que se ensina, o aluno aprende, mas sim é algo de dinamismo, é uma relação reciproca entre ensino e a aprendizagem, há uma troca de saberes, onde o professor ou aquele agente é a ponte facilitadora que auxiliara para que haja uma aprendizagem realmente efetiva. Mas, a relação ensino e aprendizagem não é um processo único, mas sim está relacionado especificamente a cada sujeito envolvido nessa ação.

O processo de aprendizagem não responde necessariamente ao processo de ensino, como tantos imaginam. Ou seja não existe um processo único de “ensino-aprendizagem”, como muitas vezes se diz, mas dois processos distintos: O de aprendizagem, desenvolvido pelo aluno, e o de ensino pelo professor. São dois processos que se comunicam, mas não se confundem: O sujeito do processo de ensino é o professor enquanto o do processo de aprendizagem é o aluno (WEISZ, 1999, p.65).

Sendo assim, o dialogoé visto como uma importante via de acesso para conhecer aquela criança, e através dele poderá ser criados meios e estratégias para que o educador possa organizar diferentes situações de aprendizagem que instiguem a criança a querer buscar o conhecimento, sempre levando em consideração que cada criança, mesmo aquelas ainda pequenas já trazem consigo uma bagagem de conhecimentos que lhe foi construído, e deve ser também levado em consideração.

O planejamento também é outro aspecto de suma importância para que o educador consiga através de sua metodologia fazer com os alunos consigam assimilar tudo o que está sendo trabalhado na qual se desenvolvam suas habilidades e capacidades como um todo.

 Como também se tratando de crianças em acolhimento institucional, não se pode esquecer um ponto muito importante para que se sintam incluídos e valorizados no seu ambiente em que estão inseridos,que é a relação entre educador e criança, que é aquela relação em que há um dialogo, uma compreensão, carinho e respeito entre si e também não podemos esquecer da relação em que essas crianças tem com as outras crianças, pois como convivem juntas constroem um grande vinculo afetivo entre elas. Uma vez que já passaram por algumas situações de exclusões sociais, esses são uns dos fatores de importante relevância que podem intervir em seu processo de aprendizagem de forma positiva.

“Criar um ambiente voltado ao bem estar da criança para que ela se sinta incluída e não marginalizada implica-se no seu reconhecimento, como sujeitos de direitos” (MARTINS, 2007, p.18). No caso esses pontos também equivalem tanto para todos os membros da escola em que frequentam, como também para suas instituições em que estão acolhidas, pois fazem parte do meio social em que essas crianças estão inseridas.

Se por um lado estes resultados apontam para a ineficiência da rede de assistência à infância juventude em situação de risco pessoal e social, por outro, pode-se compreender que, para as crianças e os adolescentes abrigados, a instituição pode contribuir na fonte de apoio social mais próxima e organizada, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento (SIQUEIRA; DELL AGLIO, 2005, p. 76-7).

O ambiente onde a criança acolhida se encontra, não pode suprir todas as demandas que elas necessitam, mas podem contribuir de maneira significativa em seu processo de aprendizagem, uma vez que todos os agentes exercem um papel fundamental em suas vidas.

**2.2 PEDAGOGIA SOCIAL - ESPAÇOS NÃO ESCOLARES**

 De acordo com as mudanças que se vem ocorrendo em nosso mundo contemporâneo, percebemos cada vez mais da necessidade de profissionais formados na área da educação que atuam diretamente em espaços não escolares como em áreas empresariais, hospitalares, Instituições de acolhimento ou em Organizações Não Governamentais (ONGs).

Por muito tempo as práticas pedagógicas se restringiam somente ao ambiente escolar, mas, conforme os avanços e modificaçõesque as novas tecnologias trouxeram para nossa sociedade, viu-sea necessidade de novos saberes por parte dos trabalhadores que atuam em atividades sociais, organizando ações e projetos educativos em várias outras instâncias.

[...] em espaços formais ou não formais, escolares ou não escolares, estamos constantemente aprendendo e ensinando. Assim, como não há forma única nem modelo exclusivo de educação, a escola não é o único em que ela acontece e, talvez, nem seja o mais importante. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em muitos lugares, instituições ou não, sob várias modalidades (FRISON, 2004, p.88).

A pedagogia social em espaços não escolares vem só nos confirmar o que vivenciamos, pois já foi o tempo em que o pedagogo se restringia somente ao espaço escolar, hoje onde houver uma prática educativa também haverá uma ação pedagogia que vise o comprometimento com a qualidade social, que envolve a cidadania e a inclusão como um todo. Acerca da educação não formal:

Ela capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo (GOHN, 2010, p.19).

Então, o modo como será desenvolvida a prática educativa com as crianças, em um espaço não escolar, precisa considerar os interesses, como também as necessidades de todos os que estão envolvidos nessa ação.

Pedagogia é uma reflexão teórica a partir e sobre as práticas educativas. Ela investiga os objetivos sociopolíticos e os meios organizativos e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos. Portanto, reduzir a ação pedagógica à docência é produzir um reducionismo conceitual, um estreitamento do conceito da pedagogia (LIBÂNEO, 2010, p.14).

O pedagogo é formado para trabalhar com a formação de sujeitos e o conhecimento pedagógico faz a diferença, devido a sua formação sistematizadaele é preparadopara lidar com diferentes situações, ele vai criar diferentes possibilidades de acordo com cada necessidade de cada local de trabalho.

Então, reduzir as práticas pedagógicas somente ao âmbito escolar e a pratica docente é algo de desconhecimento sobre a importância que esses profissionais tem em nossa sociedade, não que a vida escolar, a educação formal deixa de ser um foco importante para os profissionais da área da educação, mas ele deixa de ser o único pelas diversas demandas em que ele pode contribuir para uma educação e conscientização que as vezes somente o profissional formado pode ter.

Verifica-se hoje, uma ação pedagógica múltipla na sociedade. O pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal (LIBÂNEO, 2002, p.28).

Muitos relacionam a educação não formal com a educação extraescolar pois os dois ocorrem fora do ambiente escolar, nisso se reconhece que há um processo educativo que não se limita nas unidades escolares. Mas ela não é algo positivo por que não há um vínculo, e a educação não formal deve sim ter uma articulação entre esses dois ambientes, é uma educação que vai além dos muros escolares.

Ela não é boa porque demarca uma barreira que separa os dois processos educativos pelos muros, por fatores e condicionalidades geográficas/espaciais, excluindo-se a possibilidade de articular no mesmo ambiente e cenário nas escolas propriamente ditas as duas formas (GOHN, 2010, p.30).

 Com isso, percebemos como o trabalho pedagógico se torna cada vez mais complexo, pois toda sua prática educativa visa a formação do ser humano, então o pedagogo enfrenta e sempre enfrentará muitos desafiosestando ele em uma instituição escolar ou não.

 Cabe ao pedagogo delimitar, como também conquistar seu próprio espaço de atuação, fazer intervenções, planejar, se acercar de teorias que possam subsidiar suas práticas pedagógicas sempre levando em consideração o meio sociocultural em que cada pessoa se encontra.

O pedagogo gerencia muito mais que aprendizagem, gerencia um espaço comum, o planejamento, a construção e a dinamização de projetos, de cursos, de materiais didáticos, as relações entre o grupo de alunos ou colaboradores. Isso significa que não basta possuir inúmeros conhecimentos teóricos sobre determinado assunto, é preciso saber mobiliza-los adequadamente (FRISON, 2004, p.89).

 A pedagogia social ainda não é muito discutida no senário educacional, mas sendo a educação um fator primordial para o desenvolvimento integral do ser humano, ela contribui significativamente tanto para questões relacionadas a sociedade quanto para as áreas de educação não formal, pois independentemente do local, seja na escola ou além dos muros escolares, a educação não deixa e nunca deixará de ter um caráter educativo.

**SEÇÃO III**

**BASE LEGAL DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

3.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL– LDB

A Educação brasileira segundo a LDB 9394/96, tem como finalidade, conforme o Art. 2º,“o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o trabalho, buscando que todos os cidadãos desenvolvam as competências necessárias para o seu aprimoramento pessoal e profissional”.

E no que nos referimos à aprendizagem do dos alunos, a liberdade de aprender está como um dos princípios de ensino no Art. 3º “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”. Então, todos têm direito a uma educação na qual se respeite seus princípios éticos e seu preparo para vida em cidadania.

A educação está fundamentada para vida em sociedade, ela prepara o ser humano para lidar com diferentes situações em seu cotidiano, ela tem o poder de desnaturalizar olhares, fazendo que mentes saiam do senso comum, proporcionando o desenvolvimento de um pensamento critico. E a LDB 9394/96, de acordo com seuArt. 1º nos assegura**:**

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem navida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensinoe pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Sendo assim, a educação é um dever de todos, da escola, dos alunos, dos agentes educativos, dos pais e responsáveis, e não se restringe somente ao ambiente escolar, ela ultrapassa os muros da escola, ela deve vincular-se aos pais, ao bairro, e a todos os movimentos sociais colaborativos a sua volta.

3.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE– ECA

 A partir da Constituição Federal de 1988, aconteceram muitas mudanças significativas, surgiua elaboração do ECA, aprovado pelaLei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e também sua homologação conhecida como a Nova Lei da Adoção, Lei n 12.010 de 03 de agosto de 2009e assim, a partir dai as crianças e adolescentes passaram a ser sujeitos e direitos e deveres. E vem se adaptando e se modernizando conforme as demandas da nossa sociedade, passando por ajustes em pontos que mostram necessidade de revisão ou de melhorias para o seu melhor funcionamento.

Anteriormente chamado Abrigo, o Acolhimento Institucional, que assim passou a ser chamado pela atual Lei 12.010, promulgada em 3 de agosto de 2009, trata-se de uma medida protetiva e provisória para criançase adolescentes, prevista no ECA e que não deve valer para os maiores de 18 anos de idade. No Art. 101.§ 1º, o documento legal ressalta:

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (BRASIL, 1990).

Assim consta na Lei 8.069, de julho de 1990, em seu artigo 2: “Considera-se criança para os efeitos dessa lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

Toda criança tem o direito de ser cuidada e educada por sua família, mas há inúmeros casos em que seus direitos são violados, pois quem deveria cuidar e proteger essas crianças acaba não desempenhando adequadamente seu papel, pois muitas delas são negligenciadas por seus próprios pais ou responsáveis, então cabe àsociedade em geral e ao poder público intervir com uma medida protetiva paraessas crianças.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Anteriormente, a precariedade e a pobreza entre outros fatores, causavam o acolhimento da criança e do adolescente, atualmentesão criadas medidas para que essa criança não seja afastada de seu convívio familiar e de sua comunidade.

Art. 23 - A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

**Parágrafo único** - Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio(BRASIL, 1990).

O acolhimento institucional não é ideal, mas é uma medida queàs vezes é muito necessária na vida de muitas crianças e adolescentesevem de última instância, somente em casos excepcionais na qual estão passando por alguma situação de grave risco social. Ainda, conforme prescrito no ECA:

Art. 101 - O abrigamento é considerado uma alternativa e que só deve ser empregada em última instância tendo como função de acolher, proteger e propiciar condições de reestruturação da dignidade e do desenvolvimento (BRASIL, 1990).

De acordo com o ECA, o conselho tutelar é o órgão responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente redigidos pela legislação em vigor e em cada município há, no mínimo, um conselho tutelarcomposto por cinco membros que são eleitos pela comunidade local. E considerando a base legal do acolhimento institucional,sobre as atribuições do conselho tutelar, temos:

Art. – 136 (Parágrafo único) - Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Crescer em uma instituição não é coisa boa para ninguém e deve acontecer apenas por um período de transição. Anteriormente as crianças permaneciam institucionalizadas por tempo indeterminado e algumas delas chegavam a passar toda sua infância e adolescência sem saber o que era a vida familiar. Contudo, oECA, felizmente, rompeu com esse modelo e hoje o acolhimento institucional é uma medida de proteção, mas se faz o possível para que essa estadia seja temporária, pensando no desenvolvimento integral daquela criança.

Art. 19 - § 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (BRASIL, 1990).

Todas as crianças e adolescentes quando chegam à instituição de acolhimento são atendidos em todas as suas necessidades, buscando serrespeitados seus direitos segundo nossa legislação.

Art. 28 § 1º - Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada (BRASIL, 1990).

As crianças em situação de acolhimento recebem acompanhamentos psicológicos, são atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e um dos pontos primordiais: as que nunca foram matriculadas em um sistema de ensino, agora poderão frequentar uma escola, respeitando assim os princípios de cuidar e educar. Assim no Art. 54, inciso I consta que“é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria [...]” (BRASIL, 1990).

Os abrigos contam com redes de apoio que procuram promover, na vida dessas crianças, a formação de novos vínculos e novas experiências, no entanto, a falta do convívio familiar e da atenção individualizada comprometem o desenvolvimento saudável e as potencialidades biopsicossociais da criança (OLIVEIRA, 2016, p.1).

Uma vez institucionalizadas,essas crianças precisam e devem seracompanhadas emsua aprendizagem,como confirma o texto do ECA, em seu Art. 62, inclusive quantoa “aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor” (BRASIL, 1990), pensando em seu desenvolvimento como um todo, e que assim possam possibilitarsua reintegração social para o exercício de sua cidadania.

São pensados vários meios e estratégias para que essa criança regresse ao seu convívio familiar, ou então que haja um vínculo com sua família enquanto permanecerem acolhidas institucionalmente, mas quando não há possiblidades de permanência com suasfamíliasnaturais,as crianças são colocadas para adoção, quando poderá receber uma família substituta e assim ter todo cuidado e proteção que ela precisa.No ECA,Art. 39. § 1º consta que“a adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa”.

Uma vez adotada, a criança passa a ter os mesmos direitos que um filho biológico, pois é um ato permanente. E durante o processo de adoção a criança e a família substituta são acompanhadas por uma equipe profissional que os acompanharão gradativamente,também durante algum tempo após a adoção.

3.3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ORDENAMENTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Conforme pesquisas realizadas no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social, a assistência social é uma politica pública e tem como objetivo garantir a proteção social a todos os cidadãos, realizando buscas ativas e apoiando os indivíduos em todas as suas dificuldades por meio de ações. Ela está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um serviço público que tem como função a organização dos serviços sociais no Brasil.

 O SUAS organiza ações de assistência social em dois tipos de proteção social: A primeira é a Proteção Social Básica, voltada à prevenção de riscos sociais, que se ofertam por meio de projetos, serviços e benefícios a pessoas em situação de vulnerabilidade social. A segunda é o serviço de Proteção Social Especial, que é destinado a famílias e pessoas que já tiveram seus direitos violados e que se encontram em situação de risco social, por decorrência de abandonos, maus tratos, uso de drogas, abusos, dentre outros. Assim sendo, a criança institucionalizada precisa ter atendida outras dimensões, além da biológica.

Todas as dimensões que envolvem essa criança como pessoa, devem ser consideradas, ou seja, biopsico-social-emocional-espiritual. Porém, são apresentadas com o perfil de menores em situação-limite, desmotivados, agressivos, apáticos, com conflitos de identidade e total desinteresse pela vivencia escolar (OLIVEIRA, 2016, p.3).

 Nas instituições de acolhimento institucional, a assistência social tem com objetivo contribuir ao acesso as políticas sociais, viabilizando a proteção da criança e do adolescente que se encontram protegidas por nossa legislação. A respeito do serviço da Assistência Social:

Uma rede de serviços no âmbito do município não se viabiliza sem um esforço de seus agentes é necessário que os projetos de assistência social e de proteção especial, estabeleçam encontros regulares para trocas de experiências, buscando melhoria de seus serviços e a integração de suas ações (GUARÁ, 1998, p.36).

Sendo assim, o profissional de Assistência social nestas instituições, busca a prevenção dos direitos das crianças e adolescentes, buscando uma articulação com a família e a sociedade geral. Vale ressaltar a importância da articulação desse serviço com outros profissionais preparados e capacitados para assim poder contribuir para que essas crianças tenham um atendimento digno e a proteção necessária ao seu pleno desenvolvimento.

**SEÇÃO IV**

**SISTEMAS DE PROTEÇÃO À INFANCIA**

Da mesma forma como a educação das crianças passaram por vários acontecimentos históricos, o atendimento de crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade e abandono vem passando por várias mudanças, antes eram amparados pelas igrejas, passaram por profissionais filantrópicos e chegando hoje a ser um dever do Estado.

Sabemos que a educação de crianças e adolescentes não se dá somente em espaços escolares, mas também nas ONG, nos abrigos e também em outras instituições que recebem essas crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade que já passaram por várias situações como a orfandade, o abandono, a violência doméstica, dentre várias outras circunstâncias.

As crianças são seres frágeis, indefesos que estão em constante desenvolvimento e que precisam de cuidado e proteção. Como muitas famílias não tem condições para suprir com todas as necessidades que essas crianças precisam, muitas delas buscam as instituições de acolhimento como um modo desesperador e de último recurso para que essas crianças não passem por esses tipos de consternação, então a educação dessas crianças e adolescentes que estão em abrigos ou em outras instituições de amparo precisam levar em consideração a concepção de criança como um ser social e de direitos. Conforme consta na Constituição Federal de 1988 no seu artigo 227, inciso IV do capitulo 3:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, alimentação, à educação, ao laser, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda a forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

O acolhimento institucional sendo uma medida protetiva, não deve ser confundido com nenhuma medida socioeducativa aplicada a adolescentes, em práticas infracionais, mas como uma é medida protetiva, implica a privação da liberdade.Assim, nas instituições de acolhimento, como em todos os ambientes onde há uma socialização e culturas vivenciadas, também há aprendizagens.

O acolhimento institucional não existe somente para apoiar meninos e meninas em suas necessidades básicas do dia a dia, como higiene e alimentação, mas também passa a ter a preocupação voltada para uma visão de cidadania, no que se refere ao seu desenvolvimento social, emocional e também educacional. Mas isso seria possível?

A possibilidade de um ambiente funcionar como contexto de desenvolvimento depende das interconexões entre outros ambientes. A criança ao ser institucionalizada é afastada de seu ambiente de origem e passa por uma mudança de papel com necessidade urgente de assumir novos comportamentos (OLIVEIRA, 2016, p.13).

Entretanto, como todas as outras, as crianças institucionalizadas necessitam de uma educação de qualidade, seguindo as concepções de cuidar e educar, as escolas e as instituições de acolhimento devem trabalhar em conjunto, propiciando a essas crianças e adolescentes uma reintegração na sociedade da qual fazem parte, para que auxiliem na promoção de seu desenvolvimento integral que é delas por direito.

4.1SISTEMA DE PROTEÇÃO Á INFANCIA EM **PORTO VELHO**

Conforme pesquisas realizadas no *site* da Coordenadoria da Infância e Juventude, as casas de abrigamento do município de Porto Velho funcionam conforme a leioriginalmente instituídapela Portaria nº 403/93, de 16 de abril de 1993, do Presidente do Tribunal de Justiça, com sede na capital do Estado, seno composta por três membros - o Corregedor-Geral da Justiça, que exerce a presidência, e dois Juízes de Direito, escolhidos por ele, além de uma psicóloga, assistente social e secretária.

O poder público responsável por esse sistema de proteção à infância é a Secretária de Assistência Social (SEMAS)do Municipal de Porto Velho, que trabalha em conjunto com o Serviço de Acolhimento Institucional (SAIN).

Atualmente entre as 28 instituições de acolhimento institucionalexistentes em Rondônia, temos quatro entidades públicas localizadas no município de Porto Velho, sendo elas:

* **Lar do bebê** - que tende crianças do sexo feminino de 0 à 7 anos do sexo masculino e feminino;
* **Casa Cosme e Damião**, que atende crianças e adolescentes de 7 à 14 anos de idade do sexo masculino e feminino;
* **Casa Moradia**, que atende adolescentes de 15à 18 anos de idade do sexo feminino;
* **Casa da Juventude**, que atende adolescentes de 15à 18 anos de idade do sexo masculino.

**SEÇÃO V**

**APRESENTAÇÃO E ANÁLISE**

**RELATOS DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

Nesta seção serão apresentadosos relatos e análises dos dados obtidos através das entrevistasrealizadas em uma instituição de acolhimento institucional do município de Porto Velho, os quais foram concedidos pela diretora que relatou de maneira mais geral sobre como se desenvolve o dia a dia das crianças na instituição e pela auxiliar de assistência social, que fica responsável por realizar o acompanhamento da vida diária das crianças, inclusive no que se refere ao aprendizado delas no tempo de permanência na instituição.

**5.1 RELATO DA DIRETORA**

 A **diretora** da instituição de acolhimento já possui 13 anos de trabalho neste ambiente, sendo esta a relatora das informações a seguir:

*Nesta instituição há a auxiliar de serviço social com curso de magistério, Ela fica responsável pela parte de ajudar as crianças com as tarefas de casa, matrículareuniões, busca de transferências escolares, como também toda a parte documentativa.*

*O auxílio nos deveres acontece a partir das 15 horas, e assim esperamos sair do repouso e assim vão para sala pedagógica, onde é trabalhado individualmente.*

*São crianças do préI, pré II, 2 ano, e 3 ano do ensino fundamental.*

*Temos hoje o educador social e o cuidador social, que trabalham 24 por 72 horas. São 5funcionários, 2 cuidam dos bebês e os demais com as crianças acima de 2 anos.*

*A estrutura da sala pedagógica é boa, mas falta estrutura de trabalho.Mas apesar das deficiências, temos tido ótimos resultados. Esses últimos anos não tivemos nenhumdos alunos retidos na série.*

*Algunsdeles têm muita dificuldade, pois muitos já são grandinhos e não estudavam ou também pelos traumas vividos que dificultam a aprendizagem.*

*Uma das crianças quando chegou aqui não era uma criança sociável, até fomos chamados pela escola, e agora ela é outra menina, muito diferente de como entrou, não fazia as tarefas, não tinha concentração. Mas ela só queria ser vista, ser olhada, que se sentisse protegida, acolhida.*

***Rotina das crianças:***

*Elas levantam às 5 horas e 45 minutos, quando os pequenos, os agentes auxiliam para arrumar, dar banho.*

*Tem um carro próprio que levam as crianças para a escola acompanhadas de um agente.São várias escolas, em uma única viagem.*

*Os pequenos são deixados dentro da sala e os maiores não.*

*Chegam da escola e vão tomar banho, almoçam e vão descansar.*

*Após o descanso, por volta da 15 horas fazem a tarefa.*

*Elas são sempre acompanhadas pelo educador em tudo, escola, médico, assistente social.*

**5.2 RELATO DA AUXILIAR DE SERVIÇO SOCIAL**

A **auxiliar de serviço social**atua na área a cerca de 20 anos e nesta instituição já trabalha há 13 anos. A seguir está o relato da auxiliar:

*Chegam ao reforço cerca de umas 20 a 30 crianças, mas hoje são 7.*

*As crianças do fundamental tem muita dificuldade com a leitura. Grande parte delas com a coordenação motora, na faixa etária para o 1º ano, mas não tem coordenação motora adequada.*

*Tem uma criança especial que precisa de um acompanhamento mais direcionado para ele. Casos que não tem laudos e precisam buscativas para saber a causa. Grande maioria chegam já matriculados em sala de aula, então grande parte já vem com dificuldades, mas quando não estão inseridos e estão dentro da faixa etária se faz a matrícula.*

*Uma grande dificuldade é quando não estão matriculados ou estão, mas, não frequentam, então precisam ser acompanhados praticamente do zero.*

*Por parte de alguns não há dificuldade, às vezes é falta de concentração da criança.*

*Há um pouco de dificuldade com as crianças maiores, pelas tarefas com pesquisa. As tarefas são pesquisadas em livros doados para instituição.*

*Tem internet, mas é restrito aos assuntos da prefeitura.*

*No caso uso internet do meu celular para auxiliar nos deveres de casa.*

**5.3 ANÁLISE DOS RELATOS DAS PROFISSIONAIS**

Conforme os relatos concedidos pela diretora e pela auxiliar de assistência social, pudemos ver como decorre o cotidiano e assim a aprendizagem das crianças em acolhimento institucional do nosso município de Porto Velho. Mas, sendo uma instituição de acolhimento, também é um espaço educativo?

Na educação não formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais(a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação) (GOHN, 2010, p.17).

Relatam-nos que hoje para trabalharem com as crianças na instituição, contam com o apoio de dois agentes educativos: o educador social que é a auxiliar de serviço social com curso de magistério, responsável pelo acompanhamento das crianças em que se refere aos deveres de casa, como também como a toda parte documental de cada criança e o cuidador social, responsável pelos cuidados diários das crianças.Em relação à figura do educador social:

Na educação formal sabemos que os educadores são fundamentalmente os professores, embora as ações de todos(as) os(as) profissionais que atuam na escola têm caráter educativo por seu sentido e significado. Na educação não formal, há a figura do educador social, mas o grande educador é o outro, aquele com quem interagimos ou nos integramos (GOHN, 2010, p.16).

As crianças em acolhimento seguem uma rotina diária, onde são acompanhadas pelos agentes educativos, sendo que a diretora da instituição nos relata que contam com uma sala pedagógica,onde é realizado um trabalho pedagógico individual com cada criança, que sua estrutura é boa, mas que faltam recursos para trabalharem com as crianças. Esse fato também é notado a partir da fala da assistente social nos que disse queàs vezes precisa-se utilizar a *internet* de seu próprio celular para que as crianças maiores façam seus trabalhos, pois contam somente com livros doados para a instituição:

*“Há um pouco de dificuldade com as crianças maiores, pelas tarefas com pesquisa. As tarefas são pesquisadas em livros doados para instituição.Tem internet, mas é restrito aos assuntos da prefeitura.No caso uso internet do meu celular para auxiliar nos deveres de casa” (AUXILIAR DE SERVIÇO SOCIAL, 2017).*

O olhar de um educador atento e sensível a todos os elementos que estão postos em uma sala de aula. O modo como organizamos materiais e móveis, e a forma como as crianças e adultos interagem com eles são reveladores de uma concepção pedagógica(HORN, 2004, p.15).

Vários fatores devem ser levados em consideração para uma boa aprendizagem, dentre eles os recursos utilizados para a mediação, mas não somente em sala de aula, como também onde houver uma prática educativa, a exemplo das instituições de acolhimento infantil.

Para a criança acolhida em instituição, os fatores que mais influenciam no desenvolvimento são o ambiente social e o psicológico, superando as características intrínsecas da criança, produzindo considerável impacto no desenvolvimento cognitivo e sócio-emocional (OLIVEIRA, 2016, p.13).

Além destes fatores que podem comprometer a aprendizagem de crianças em situação de acolhimento institucional, as entrevistadas relatam sobre as dificuldades de aprendizagem das crianças, pois muitas delas não frequentavam a escola antes, e que algumas apesar de estarem matriculadas na rede de ensino, não compareciam a escola e então precisam de um auxilio mais direcionado. Também reforçam que as crianças do ensino fundamental são as que possuem mais dificuldades com relação à escrita, pois não desenvolveram bem a coordenação motora fina e que a principaldificuldade é com relação à leitura.

A profissional de assistência social nos diz que há períodos que contam com cerca de 20 a 30 crianças na sala pedagógica e que dentre eles também há crianças com necessidades especiais, que precisam ser orientadas de modo diferenciado. Sem contar os casos em que não há laudos médicos e então precisam descobrir a causa para que, a partir de então, possam trabalhar pedagogicamente de acordo com suas necessidades.Ademais, “não é apenas o bom desenvolvimento cognitivo que implica uma boa aprendizagem. Fatores de ordem afetiva e social também influem de forma positiva ou negativa nesta aprendizagem” (SAMPAIO,2011, p 27).

A diretora da instituição nos conta que há sim muitas dificuldades, pois muitos deles são maiores e nunca frequentaram um ambiente escolar e que também os traumas vividos por eles dificultam muito suas aprendizagens.Entretanto, apesar de todos esses aspectos, a instituição tem tido ótimos resultados, pois nos últimos anos não há índices de reprovações por parte das crianças, que sempre procuram trabalhar com cada uma delas que ali passa, não somente na área da aprendizagem, mas também no campo emocional, proporcionando a eles carinho e atenção.

*“Uma das crianças quando chegou aqui não era uma criança sociável, até fomos chamados pela escola, e agora ela é outra menina, muito diferente de como entrou, não fazia as tarefas, não tinha concentração. Mas ela só queria ser vista ser olhada, que se sentisse protegida, acolhida” (DIRETORA, 2017).*

Vimos então aqui, através destes relatos, como as agentes envolvidas no ambiente onde a criança está inserida, são importantes para a aprendizagem das crianças, pois elas precisam de um acompanhamento emocional e pedagógico, uma vez que suas necessidades não se restringem a proteção, mas há vários aspectos relevantes envolvidos.

**SEÇÃO VI**

**APRESENTAÇÃO E ANÁLISE**

**RELATOS DE CRIANÇAS QUE PASSARAM**

**POR ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Nesta seção apresentamos os relatos que se originaram através entrevistas com duas crianças que passaram por acolhimento institucional na mesma instituição em que atuam a **diretora** e a **auxiliar de assistência social**, já apresentadas na seção V. Com o objetivo de proteger as identidades das crianças, solicitamos que elas criassem seus nomes fictícios. Assim **Lucas** foi o nome escolhido pelo menino de 10 anos e **Fernanda**, pela menina de 9 anos

A partir das entrevistas realizadas, foram organizados os relatos a seguir:

**6.1 RELATODOLUCAS - CRIANÇA DE 10 ANOS**

Lucas foi para o abrigo quando tinha quatro anos, por ocasião da morte de sua mãe, sendo seu tempo de permanência lá de aproximadamente quatro anos.

Após escolher seu nome fictício, **Lucas** conta sobre suas atividades de aprendizagem na instituição de acolhimento:

*“Meu nome é Lucas, tenho 10 anos e a gente ficava na sala vendo televisão, aí depois a gente ia lá pra sala de fazer tarefa, aí a professora pedia da gente pra pegar o caderno e colocar em cima da mesa, aí a gente ficava fazendo tarefa, quem não sabia fazer a tarefa ela ajudava, aí depois quem terminava ganhava uns beijinhos e ia ver televisão de novo.*

*A gente acordava 7 horas da manhã em ponto. Daí a gente arrumava nossos materiais, vestia nossa roupa e esperava a vam [transporte escolar] chegar pra nos buscar pra nos ir pra escola.Aí depois a gente voltava, fazia nossas tarefas e ficava lá.Nos arrumávamos os materiaisna hora que a gente ia pra escola..*

*Eu gostava mais da matéria de Português, porque é bem fácil, bem legal de estudar, eu não gostava é de matemática, porque eu não sou bom em cálculos, mas eles me ajudavam lá, era bem legal, aí depois a gente ia pra sala ou ia brincar na biblioteca.*

*Tinha mais dificuldade para ler e escrever, que eu ainda não sabia ler e nem escrever, tinha a professora a ajudante lá do abrigo, ela vinha todos os dias pra nos ajudar. Sempre era a mesma pessoa, não mudava, porque se não ia gastar muito dinheiro e a gente tinha pouco dinheiro. Aí elas só alugam uma [professora] e a gente fica com aquela. Na sala onde ficávamos não podia conversar e nem fazer essas coisas, cada um fazia a sua tarefa.*

*A sala é uma sala meio grande com as cadeiras e mesinhas e uns livrinhos do lado, cada um ficava em uma cadeira e uma mesa,aí a gente fazia as tarefas, elas olhavam e corrigiam pra nós. A gente fazia a tarefa e ia pra salinha brincar,elas olhavam e corrigia pra nós.*

*Nosso material já ficava arrumado para o outro dia, então na hora de ir para escola era só pegar a mochila lá dentro do nosso quarto do lado da nossa cama, ninguém mexia em nossos materiais, se não ficaria de castigo.*

*Na hora de dormir era bem legal! De vez em quando nos entrava de baixo das camas e ia correndo pra de baixo das camas, Dai o professor, o que fica lá fazendo nós dormir ele ia lá e pegava um cabo de vassoura atrás de nós de baixo das camas, levantava e ficava assim de baixo das camas, pegando, cutucando. Aí nós ia lá do outro lado, aí nós subia em cima das camas, se embrulhava e fingia que tava dormido. Aí de vez em quando a gente juntava nossas camas e ficava conversando e nem dormia, aí no próximo dia a gente tava dormindo na sala de aula.*

*Na sala de aula não era fácil acompanhar as outras crianças era muito difícil, porque ainda não sabia ler e nem escrever aí era muito difícil o resto tudo sabia, ninguém ajudava, quando a gente não soubesse fazer a gente tinha que levar pra casa. Tinha só uma criança do abrigo que estudava comigo na mesma sala, nos dois nem sabia ler, só tinha um que tinha 10 anos, porque lá o limite é de 8 né, aí já ia pro outro abrigo, aí eu já tinha 8 anos de idade e já fui transferido pro outro abrigo. E lá não tinha passeio, a gente fazia a tarefa sozinho, arrumava as mochilas sozinho, não tinha ajudante pra fazer a tarefa, dai lá era mais difícil, porque lá só tinha grande de 12, 14 anos, 15, e quem já passava de 14 anos ia pro outro abrigo, e quem já passava de 18 ia pra rua de novo, se não fosse adotado.*

*O tempo que fiquei nos dois abrigos ninguém aparecia pra ajudar a ler, eles não ajudavam a ler, só fazer a tarefa. De vez em quando eu sabia ler algumas palavrinhas, mas eram bem poucas, eu ficava bem chateado, triste, porque não sabia ler ainda, eu poderia aprender, mas não tinhaninguém pra me ensinar.*

**6.2 RELATO DA FERNANDA – CRIANÇA DE 9 ANOS**

A menina escolheu o nome fictício **Fernanda.** Elatem nove anos e ficou na instituição de acolhimento quando tinha cinco anos de idade, durante o período de dois meses.O motivo que a levou para instituição foi o descaso por parte de sua mãe, que passava cerca de três dias seguidos fora de casa, deixando-a juntamente com suas outras três irmãs, na responsabilidade de sua irmã mais velha de apenas oito anos de idade na época.Vizinhos próximos da casa das crianças sem saber como informar os familiares, acionaram o conselho tutelar.

Fernanda relata sua rotina durante o período de acolhimento institucional e suas expectativas sobre a escola:

*Meu nome é Fernanda, tenho nove anos. No abrigo eu acordava, tomava café, eu almoçava, eu brincava, depois de tomar café eu ia pra sala de assistir vídeo, depois que eu almoçava, eu brincava lá fora com as outras crianças, depois que agente brincava a gente ia, tomava banho e ia dormir, no outro dia era mesma coisa.*

*No tempo que fiquei lá não ia para escola, eu e minhas irmãs fomos pra lá, tinha duas maior do que eu e duas menor do que eu. Só ia pra escola as duas mais velhas pela manhã.*

*Antes de eu ir pro abrigo eu não estudava, só as duas maior do que eu, eu e a menor de que eu também não estudava. Minha mãe não me levava pra escola.*

*Antes eu não ia pra escola, eu vendo minhas irmãs indo pra escola também queria ir, porque queria aprender a ler, eu não sabia ler, minhas irmãs sabiam.*

*Eu gostava das pessoas que cuidavam da gente, nos tratavam bem. Mas nem todo mundo era legal, as que nos ajudava a se arrumar. A gente não se arrumava sozinho, no banheiro tinha uma mulher que ficava vendo a gente tomar banho e depois ela dava uma roupa pra gente.*

*Nós dormia no mesmo quarto, eu e aE*[irmã]*dormia junto e a V e a D*[irmãs]*durmia na outra cama.*

*Quando minha mãe me adotou aí eu fui pra minha escola, minha irmãzinha pequena também, nós quatro. Agora já aprendi a ler e a escrever, minha mãe me ajuda nas tarefas de casa e minha tia. Agora sim estou contente, porque já sei ler e escrever.*

*Lá eles mandavam a gente acordar bem cedinho, só porque os outros tinham que estudar. A gente não lia, não fazia nada assim, não tinha livrinhos, nada. Minhas irmãs ninguém ajudava, não tinham tarefa pra casa não, elas não faziam.*

*As outras crianças iam pra escola e a gente ia pra sala assistir vídeo infantil.*

**6.3 ANÁLISE DOS RELATOS DAS CRIANÇAS**

Lucas e Fernanda são crianças que passaram por acolhimento institucional por razões diferentes e que contam os relatos de suas vivencias, odia a dia no abrigo, desde o início de seu dia, quando acordavam até quando se preparavam para irem dormir.

Seus relatos do cotidiano são basicamente os mesmos com relação a rotina na instituição, mas apresentam-se divergentes sobre o aprendizado delas. Podemos perceber isso também pela fala de Lucas:

*“a gente ia lá pra sala de fazer tarefa, aí a professora pedia da gente pegar o caderno e colocar em cima da mesa, aí a gente ficava fazendo tarefa, quem não sabia fazer a tarefa ela ajudava, aí depois quem terminava ganhava uns beijinhos e ia ver televisão de novo” (LUCAS, 2017).*

Lucas talvez por ser mais velho que Fernanda frequentava a escola e tinha um acompanhamento na instituição de acolhimento, no que se referia aos deveres de casa. Mas Fernanda por não estar matriculada em nenhum estabelecimento de ensino e pelo falo de ter passado por um período curto na instituição de acolhimento, ainda não frequentava a escola, somente suas irmãs mais velhas. Fala da Fernanda:

*“No tempo que fiquei lá não ia para escola, eu e minhas irmãs fomos pra lá, tinha duas maior do que eu e uma menor do que eu. Só ia pra escola as duas mais velhas pela manhã” (FERNANDA, 2017).*

Através da fala da Fernanda podemos analisar que apesar de saber que existem tramites legais no processo de acolhimento, as crianças pequenas se sentiam excluídas das demais, pois com elas não havia nenhum tipo de atividadediferenciada, portanto ali estavam somente para ser protegidas de qualquer violação e seus dias eram basicamente rotineiros. Fala da criança Fernanda:

*“No abrigo eu acordava, tomava café, eu almoçava, eu brincava, depois de tomar café eu ia pra sala de assistir vídeo, depois que eu almoçava eu brincava lá fora com as outras crianças, depois que agente brincava a gente ia tomava banho e ia dormir, no outro dia era mesma coisa” (FERNANDA, 2017).*

Fernanda, mesmo que ainda pequena, entendia a falta que o aprendizado fazia a ela, e que naquele momento não tinha alternativas, agentes educativos envolvidospara que essa aprendizagem fosse desenvolvida e assim ao mesmo tempo, que há uma inclusão, também ocorre exclusão de seus direitos como criança. E esse pensamento pode ser reforçado com a seguinte fala:

*“Antes eu não ia pra escola, eu vendo minhas irmãs indo pra escola também queria ir, porque queria aprender a ler, eu não sabia ler, minhas irmãs sabiam” (FERNANDA, 2017).*

Como também no caso do Lucas que contava com o auxilio somente nos deveres de casa, e não eram trabalhadas as suas dificuldades. Fala da criança:

*“O tempo que fiquei nos dois abrigos ninguém aparecia pra ajudar a ler, eles não ajudavam a ler, só fazer a tarefa. De vez em quando eu sabia ler algumas palavrinhas mais, mas eram bem poucas, eu ficava bem chateado, triste, porque não sabia ler ainda, eu poderia aprender, mas não tinha ninguém pra me ensinar” (LUCAS, 2017).*

Os agentes educativos envolvidos com a instituição tem um papel fundamental para suas bases de aprendizagens, uma vez que as crianças aprendem através do ambiente sociocultural onde estão inseridos.

Vimos o carinho e dedicação que essas crianças recebem por parte dos agentes, que também é de muita importância para que se sintam acolhidos. Mas apesar de todo o carinho e dedicação que recebem na instituição, a falta e um acompanhamento e reforço para com seus conteúdos escolares, acabam por interferir para o desenvolvimento e suas aprendizagens no ambiente escolar. Podemos confirmar isso pela fala de Lucas quando nos diz que:

*“Na sala de aula não era fácil acompanhar as outras crianças era muito difícil, porque ainda não sabia ler e nem escrever aí era muito difícil o resto tudo sabia, ninguém ajudava, quando a gente não soubesse fazer a gente tinha que levar pra casa” (LUCAS, 2017).*

Nas falas das crianças, podemos ver como a falta de um profissional da educação em um ambiente como esse, em que há crianças inseridas, seria de muita importância, pois eles contam somente com o atendimento de suas necessidades básicas e não com as que poderiam ser desenvolvidas.

Consciente da importância da ação que realiza, possibilitando mediações de várias maneiras, o adulto passa a atender os processos da criança com um significado que só pode ser construído tendo como referencial a criança no período de formação em que ela está e não no adulto feito que será (LIMA, 2001, p.27).

Hoje, Lucas e Fernanda, uma vez adotadas, contam com o apoio e acompanhamento de suas famílias em seus processos de aprendizagem, e vimos assim como é importante a ação de um agente mediador para a construção do conhecimento das crianças.

*“Quando minha mãe me adotou aí eu fui pra minha escola, minha irmãzinha pequena também, nós quatro. Agora já aprendi a ler e a escrever, minha mãe me ajuda nas tarefas de casa e minha tia S. Agora sim estou contente, porque já sei ler e escrever” (FERNANDA, 2017),*

A aprendizagem é uma atividade conjunta, na relação entre indivíduos, sendo esta em ambiente escolar ou não, mas, o educador social sempre terá um papel fundamental nesse processo, pois sua interação e seus planejamentos têm intencionalidades educativas, que com certeza fazem a diferença para o desenvolvimento das crianças.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No início desse estudo buscou-se descobrir como acontece a aprendizagem das crianças que se encontram em acolhimento institucional no município de Porto Velho, uma vez que não contam com o apoio familiar para auxilia-las no desenvolvimento de suas aprendizagens. Através deste foi possível perceber que apesar de todos os esforços e melhorias que obtivemos durante esses anos com relação à educação e aos direitos das crianças, ainda há muitos aspectos relevantes em torno das politicas de acolhimento institucional do nosso município que poderiam ser melhorados significativamente.

 Vimos que o aprendizado dessas crianças que estão em acolhimento institucional se dá de maneira dificultosa, pois não contam com o devido acompanhamento que necessitam e elas, mesmo que ainda pequenas, já passaram por diferentes situações, que muitas das vezes se não forem trabalhadas de forma diferenciada com elas, se não houver algum agente educativo mediador envolvido diretamente no seu processo de ensino e aprendizagem, poderão levar algumas dificuldades referentes a estas para as etapas posteriores de sua aprendizagem.

 A construção do conhecimento da criança se dá por meio do ambiente onde ela está inserida, então já que essas crianças estão acolhidas, criar um ambiente rico em estímulos, voltado para sua aprendizagem seria algo fundamental. Sabemos que a verdadeira aprendizagem só pode ser atribuída através da qualidade do ensino. Temos duas questões para reflexão:

Há qualidade de ensino quando a criança deixa de aprender?

Dessa forma estão realmente sendo respeitados os direitos das crianças postulados em nossa legislação?

 Cabe ao poder público juntamente com toda sociedade, ofertar um ensino de qualidade. Vivemos hoje na era do conhecimento, quando todas as crianças, independente da situação em que se encontram tem o direito de acessar e construir conhecimentos, como também os valores necessários a uma sociedade mais justa e cidadã.

 As crianças em acolhimento institucional são amparadas, auxiliadas e protegidas de diferentes formas, a fim de poder resgatar novamente seus direitos como ser humano. Vimos como é importante o papel da assistência social nessas instituições, que faz um desdobramento para poder auxiliar essas crianças em todas as suas necessidades e que estas não são poucas, e muitas das vezes também precisam exercer um papel de atuação que não corresponde a sua área especifica de conhecimento.

 Sabemos que onde houver uma prática educativa também haverá uma ação pedagogia que vise o comprometimento com a qualidade social, que envolve a cidadania e a inclusão de pessoas na sociedade como um todo, desde que haja um educador tem toda base teórica e fundamentada relacionada à prática para poder designar esse papel.

 Então, pensando na aprendizagem dessas crianças em acolhimento institucional, notamos como é importante o papel de um educador social nesse ambiente não escolar, uma vez que ele irá criar diferentes estratégias para trabalhar com cada criança, preenchendo e reforçando lacunas de aprendizagem de acordo com suas singularidades.

 A assistência social nessas instituições desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento dessas crianças. Mas esses profissionais são realmente o suficiente para suprir com as necessidades que essas crianças necessitam?

Será que o profissional da educação não seria de crucial importância para trabalhar com as crianças nessas instituições de acolhimento?

Trabalhando em conjunto, esses profissionais não poderiam proporcionar uma aprendizagem mais significativa a essas pequenas crianças?

É triste ver que há profissionais devidamente formados e preparados para trabalhar com essas crianças, ensina-las a aprender, mas que não há a existência destes onde deveria estar. É triste saber que existem crianças que querem aprender, tem força de vontade para isso, mas que as brechas de aprendizagens estão fechadas para elas. Crianças que são completamente capazes de aprender e que se tiverem o devido olhar para elas, podem romper barreiras, alcançar objetivos, e assim a educação dessas crianças poderá alcançar realmente seu devido objetivo.

Notamos assim, que ainda há entrelinhas a serem preenchidas no sistema de acolhimento institucional, pois, quantas e mais quantas crianças que passaram ou que ainda estão em acolhimento institucional, vivenciam essa mesma situação?

Quantas e mais quantas crianças ainda terão que passar por isso, até que alguém perceba suas necessidades de aprendizagens e assim façam algo por elas?

*“Professor, ensina com amor... Pois não sabes por quais tormentas passam teus alunos. Talvez, para alguns o único lugar seguro é a tua sala, e a única moral é o teu exemplo.”*

(Autor desconhecido)

**REFERÊNCIAS**

BRASIL, **Nova Lei da Adoção**. Lei n 12.010 de 03 de agosto de 2009.

\_\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei n 8069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_\_. **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** 05 de outubro de 1988.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **O pedagogo em espaços não escolares**: novos desafios. Ciência. Porto Alegre. 2004

GIL, Antônio Carlos**. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GOAN, **Maria da Gloria. Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais – São Paulo: Cortez, 2010. – (coleções questões da nossa época; v.1).

GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa. **Trabalhando Abrigos.**2 ed. São Paulo: Ministério da Previdência e Assistência Social, secretária da Assistência Social, 1998. 67 p. ISBN 85-86894-03-6.

HORN. Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas.** A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. 1999. **A Construção do Saber:** manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIBANEO, José Carlos. **Didática Velhos e Novos temas.** 2002.

­­­­­­­­­­­­­\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia e Pedagogos para quê?**12.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Elvira de Souza. **Como a criança pequena se desenvolve.** São Paulo: Sobradinho, 2001.

LÓPES, I Sarramona. **Educação na família e na escola:** o que é, como se faz. 2.ed. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

MARTINS, Maria Aparecida Camarano**. Os relacionamentos constituídos no trabalho pedagógico da Educação Infantil envolvendo crianças abrigadas:** uma analise em busca do sentido da qualidade. BRASILIA, 2007. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. **A Abordagem Etnográfica na InvestigaçãoCientifica**. Orgs. Etnografia e Educação: Conceitos e usos. Campina Grande, 2011.

OLIVEIRA, Maria Helena de. **A Infância Institucionalizada e as Dificuldades de Aprendizagem:** uma Revisão de Literatura. Abril de 2016. Disponível em: <http://www.tocar.org.br/Arquivos/Documentos/a-infancia-institucionalizada-e-as-dificuldades-de-aprendizagem.pdf> Acesso em: 11 nov. 2017.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky- Aprendizagem e desenvolvimento**: um processo sócio-histórico.4 ed. São Paulo: Scipione, 1997.

SAMPAIO, Simaia. **Dificuldades de aprendizagem.**3.ed. A psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011.

SIQUEIRA, A.C & DELL AGLIO, D.D. **O impacto da Institucionalização na infância e na adolescência:** uma Revisão de Literatura. Psicologia e Sociedade, v. 18, n. 1, p. 71-80, Jan/Abril, 2006.

VYGOTSKY, LEV. S. **Aprendizagem e desenvolvimento na idadeescolar**. In: *Linguagem, desenvolvimento e Aprendizagem*. Vygotsky, L. Luria, A Leontiev, A.N. 11 ed. São Paulo: Ícone, 2010.

VYGOTSKY, LEV.S. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo, ícone/Edusp, 1988.

WEISZ, Telma. **Diálogo entre Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: ed. Ática, 1999.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**

**CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO – PORTO VELHO**

**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Autorizo a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus José Ribeiro Filho -Porto Velho a publicar a Monografia apresentada para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, livre de quaisquer ônus que isso implique em reserva de direitos autorais.

**DÉBORA VANESSA DE ARAÚJO**

**A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM PORTO VELHO**

**Profa. Dra. Edna Maria Cordeiro**

Porto Velho, 20 de dezembro de 2017

Campus - UNIR, Sala 103, Bloco 1A

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura da Acadêmica